



A EUROPA DO CONHECIMENTO

ALICE CUNHA
MARIA FERNANDA ROLLO
MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO
ISABEL MARIA FREITAS VALENTE
COORD.

**OS MAPAS DA EUTOPIA.
PARA UMA LEITURA DOS MANUAIS DE HISTÓRIA**

THE EUTOPIA MAPS. FOR A READING OF HISTORY TEXTBOOKS

Clara Isabel Serrano

ORCID: 0000-0001-9837-6978

Sérgio Neto

ORCID: 0000-0002-9737-0029

Resumo: O presente artigo pretende dar conta da importância que os livros escolares mantêm no atual sistema educativo, pelo que o seu estudo criterioso e exaustivo continua a assumir particular interesse e importância. Para, posteriormente, proceder a um levantamento e a uma análise das (não) referências relativas ao processo da construção europeia, tal qual ele é projetado e veiculado pelos manuais de História dos Ensinos Básico e Secundário de Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Itália, tendo em vista o realçar dos seus aspetos mais significativos e a reflexão e problematização, em simultâneo, sobre várias questões de importância extrema.

Palavras-chave: União Europeia; Construção Política; Manuais Escolares

Abstract: This article aims to explain the importance that school manuals continue to hold in the different educational systems. Therefore, its study continues to assume a great interest and importance. This article intends also to analyze the references to the process of European Integration, as it is designed by the Secondary Education History Textbooks of Portugal, Spain, France, England and Italy.

Keywords: European Union; Political Construction; School Manuals

Introdução

Não obstante a existência de recursos didáticos de índole diversa, em que os suportes tecnológicos de última geração assumem, cada vez mais, um lugar de destaque, os manuais escolares continuam a constituir-se como um auxiliar de extrema relevância e um dos mais utilizados no quotidiano educativo. Mediadores entre os programas, as metas curriculares e as aprendizagens proporcionadas aos alunos, mantêm-se como suporte referencial para a transmissão e para a aquisição de saberes.

Ao contrário do que acontecia até há bem pouco tempo em Portugal, os manuais escolares são universalmente gratuitos durante todo o percurso da escolaridade obrigatória em vários países europeus. Na Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia, Suíça, França ou no Reino Unido, os manuais, cujo prazo de vigência oscila entre os seis e os dez anos³⁴⁴, são adquiridos pelos governos, pelas regiões, autar-

³⁴⁴ A Lei em Portugal refere que os livros escolares devem durar seis anos. Contudo, nem sempre esta condição é respeitada.

quias ou escolas, e são distribuídos pelos alunos que, no final do ano letivo, têm de os devolver aos respetivos estabelecimentos de ensino.

O mesmo princípio era defendido há já vários anos em Portugal por vários organismos, entre os quais o Conselho Nacional de Educação (CNE). Contudo e, apesar de alguns executivos camarários³⁴⁵ terem promovido, nos últimos tempos, programas de gratuidade e de reutilização de livros escolares, só no ano letivo de 2016/2017 foi instituída, pelo presente Governo, esta característica nos manuais escolares no 1.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico, medida que, no ano letivo de 2017/2018, foi alargada a todos os anos do 1.º Ciclo. Para 2018/2019, prevê-se mesmo a distribuição de manuais escolares por todos os alunos das escolas públicas do 1.º e do 2.º Ciclos do Ensino Básico.

Esta norma, que, por outro lado, procura concretizar o há muito estabelecido na Constituição da República Portuguesa – a obrigação do Estado de assegurar a todos o acesso a um «ensino básico universal, obrigatório e gratuito»³⁴⁶ –, confirma a importância que os livros escolares continuam a ter: um instrumento relevante para os professores na preparação e na condução das suas aulas e a principal ferramenta pedagógica que os alunos têm ao seu dispor.

Contudo, o recurso a novos suportes será, por certo, uma realidade a médio prazo. Nesse sentido, algumas editoras começaram já a desenvolver projetos que incluem a distribuição de *tablets* a um número reduzido de turmas, em escolas selecionadas, de acordo com

³⁴⁵ A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, em dezembro de 2017, uma proposta que torna gratuitos os manuais escolares para os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, para todas as escolas públicas de Lisboa, a partir de janeiro de 2018.

³⁴⁶ *Constituição da República Portuguesa*, Artigo 74.º (Ensino), N.º 2 (2 de abril de 1976), p. 26. Apesar desta medida, muitos são aqueles que se manifestam a favor da gratuidade da alimentação e do transporte nas escolas públicas, por entenderem que só desta forma o Estado pode proporcionar a igualdade de oportunidades e o sucesso escolar a todos.

critérios previamente definidos³⁴⁷. Esses dispositivos pessoais permitem o acesso a manuais digitais, a plataformas de recursos educativos, assim como a conteúdos educativos em versão *offline*. Recentemente, o uso de híbridos veio simplificar a ligação a outros dispositivos, e os ecrãs tácteis a introdução de dados, pelos próprios alunos, com o dedo ou a caneta.

Contudo, a utilização de *tablets* e/ou híbridos, de forma individualizada, certamente importante, deveria ser precedida da resolução efetiva dos reais problemas, as mais das vezes invisíveis à sociedade, com que muitos estabelecimentos de ensino do país se deparam no seu dia a dia. Não obstante as reformas levadas a cabo no âmbito da modernização do Parque Escolar, que recuperou diversas escolas, sobretudo do ensino secundário, o certo é que muitas aguardam ainda por uma intervenção de fundo. Muito recentemente, a Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE) alertou para a falta de condições de dezenas de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário, com edifícios a necessitarem de obras urgentes³⁴⁸. Para além de problemas estruturais, faltam equipamentos tecnológicos necessários e as ligações de dados móveis não estão isentas de problemas, com constantes perturbações na rede.

Acrescem outras questões que se têm revelado de difícil resolução por parte dos sucessivos governos: o envelhecimento e consequente desgaste profissional do corpo docente. Na verdade, no ano letivo de

³⁴⁷ Por exemplo, no âmbito do projeto *Manuais Escolares Eletrónicos* (MaEEle), implementado na Escola Básica de Cuba, Alentejo, as turmas escolhidas foram-no em função das dificuldades de aprendizagem, falta de concentração e pouca vontade de aprender dos seus alunos. Vd. LAGARTO, J. R. et al. – *Tablets e Conteúdos Digitais. Mudando Paradigmas do Ensinar e do Aprender* [Em linha]. Porto: Universidade Católica, 2015. [Acedido a 20 de fev. 2018]. Disponível em: <http://www.uceditora.ucp.pt/resources/Documentos/UCEditora/PDF%20Livros/Porto/TABLETS%20E%20CONTE%20C%20%9ADOS%20DIGITAIS.pdf>.

³⁴⁸ Vd. GUEDES, Nuno – *Fissuras, «cascatas» quando chove, buracos no recreio. O dia-a-dia numa escola*. Reportagem. Lisboa: TSF, 22 de fev. de 2018. [Acedido a 26 de fev. 2018]. Disponível em: <https://www.tsf.pt/sociedade/educacao/interior/fissuras-cascatas-quando-chove-buracos-no-recreio-o-dia-a-dia-numa-escola-9136384.html>.

2016/2017, apenas 0,4% dos professores em funções tinha menos de 30 anos. No grupo disciplinar de Português, a idade média dos docentes era de 50 anos no setor público, sendo que o quadro mais «jovem» era o de Educação Física, com uma média de idades de 45 anos³⁴⁹. A renovação do corpo docente ameaça tornar-se um problema de consequências imprevisíveis para o País, num futuro cada vez mais próximo. De acordo com um estudo realizado para o CNE, com base no relatório dos testes levados a cabo pela rede mundial de avaliação de desempenho escolar, *Programme for International Student Assessment* (PISA), em 2015, apenas 1,5% dos estudantes portugueses admitia vir a ser professor. Isto numa altura em que se prevê que dois terços dos atuais docentes se aposentem nos próximos quinze anos³⁵⁰.

Estes resultados são apoiados pelas conclusões do relatório, recentemente divulgado, sobre as carreiras de ensino na Europa, publicado pela Comissão Europeia, com recurso aos dados da rede *Eurydice*³⁵¹. A maior parte dos países europeus – Alemanha, Áustria, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Itália, Letónia, Lituânia, Reino Unido – depara-se já com a falta de professores e muitos estão a planear, a longo prazo, como gerir esta questão da procura e da oferta de docentes. Na apresentação do relatório, o Comissário Europeu para a Educação, Cultura, Juventude e Desporto, o húngaro Tibor Navracsics, chamou a atenção

³⁴⁹ Vd. TAVARES, Pedro Sousa e MARQUES, Pedro Vilela – *Só 0,4% dos professores têm menos de 30 anos*. Reportagem. Lisboa: Diário de Notícias, 1 de out. de 2017. [Acedido a 26 de fev. 2018]. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/interior/em-104-mil-professores-ha-apenas-383-abaixo-dos-30-anos-8810319.html>.

³⁵⁰ Vd. TAVARES, Pedro Sousa – *Falta de interesse pelo ensino ameaça futuro da educação*. Reportagem. Lisboa: Diário de Notícias, 25 de out. de 2017. [Acedido a 26 de fev. 2018]. Disponível em <https://www.dn.pt/portugal/interior/falta-de-interesse-pelo-ensino-ameaca-futuro-da-educacao-8869603.html>.

³⁵¹ Vd. EUROPEAN COMMISSION/EACEA/EURYDICE – *Teaching Careers in Europe: Access, Progression and Support. Eurydice Report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018. 132 p. ISBN 978-92-9492-692-0.

dos Estados-Membros, Portugal inclusive, para a necessidade de um maior investimento na carreira docente, de modo a conseguir atrair candidatos, oferecendo oportunidades de crescimento e de desenvolvimento profissional. A situação é extremamente previsível, mas não parece existir, por parte das instituições governativas portuguesas, uma estratégia para assegurar a substituição dos professores que sairão nos próximos anos do sistema educativo. Pelo contrário, a manutenção da precariedade tem sido a palavra de ordem, uma vez que, até quase à atualidade, a procura tem superado a oferta.

Porém, para os mais atentos, a falta de docentes em algumas escolas, em alguns pontos do país, em alguns grupos de recrutamento, não é quimera, é já realidade. De facto, os estabelecimentos de ensino localizados em bairros ou nas imediações de bairros a braços com graves problemas económico-sociais e elevados índices de criminalidade, nas periferias das grandes áreas urbanas de Lisboa e do Porto, veem alguns dos horários que têm a concurso por preencher durante meses a fio. Os professores contratados, mão de obra qualificada, mas extremamente precária e proletarizada, que durante décadas se vêm arrastando pelo país fora, em horários temporários de baixa remuneração (chegando a lecionar em três estabelecimentos de ensino num único ano letivo – confrontar com o discurso da continuidade pedagógica), começam a trilhar outros percursos profissionais, parecendo responder a certo repto lançado por alguns quadrantes políticos.

Por outro lado, ainda são, na maior parte dos casos, estas escolas que ocupam os últimos lugares dos *rankings* escolares que, ano após ano, continuam a ser elaborados e divulgados pelo Ministério da Educação. Estes comparam o que não pode ser comparado, ignoram deliberadamente a caracterização da origem social, cultural e económica dos alunos que frequentam as diversas escolas. Os resultados e a elaboração dos *rankings* não têm em conta a natureza das insti-

tuições listadas. A realidade social do país é muito desequilibrada, plena de assimetrias e de desigualdades, sobretudo no que concerne ao apoio que os alunos, socialmente mais desfavorecidos, têm em casa, em livros e outros meios, em explicadores, acesso à internet ou outros materiais pedagógicos. Para não falar das falhas ou da ausência completa da supervisão parental.

Por tudo isto, o estudo criterioso e exaustivo dos manuais escolares assume particular interesse e importância, dado que estes continuam a demonstrar a sua utilidade, não só para facilitar e organizar o trabalho dos professores³⁵², como o dos alunos. Por outro lado, tendem a garantir à sociedade e ao Estado o cumprimento de objetivos, de programas e a transmissão de conteúdos considerados de necessária assimilação por parte das gerações vindouras. Têm desempenhado um papel fundamental na e para a construção da memória histórica coletiva e mesmo da(s) identidade(s) nacional(ais)³⁵³. Recorde-se «o tão temido poder dos manuais escolares», nomeadamente de História, cujo controlo foi tentado ao longo do último século «por tantos tipos de poder político»³⁵⁴. Neste particular, é preciso não perder de vista os manuais únicos instituídos pelo Estado Novo, a partir de 1936, mas com concretização efetiva a partir de

³⁵² Convém salientar que um dos principais problemas que o País enfrenta ao nível da Educação é o envelhecimento generalizado do corpo docente dos Ensinos Básico e Secundário, sendo que, quando comparado com os restantes países europeus, Portugal só é ultrapassado pela Itália, Bulgária e Grécia. Cf. os dados disponíveis em *PORDATA. Educação. Docentes. Pré-escolar, básico e secundário – Níveis de envelhecimento* [Em linha]. [Acedido a 20 de fev. de 2018]. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/%C3%8Dndice+de+envelhecimento+dos+docentes+em+exerc%C3%ADcio++nos+ensinos+pr%C3%A9+escolar++b%C3%A1sico+e+secund%C3%A1rio+por+n%C3%ADvel+de+ensino+++Continente-944>.

³⁵³ Cf. MENDES, José Amado – Identidade nacional e ideologia através dos manuais de história. In CASTRO, Rui Vieira et al. (org.) – *Manuais Escolares. Estatuto, Funções, História. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1999, p. 343.

³⁵⁴ TORMENTA, José Rafael – *Manuais Escolares. Inovação ou Tradição?* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996, p. 11.

finais dos anos 40 e décadas de 50 e 60. Livros imbuídos de uma forte carga, inerente a um sistema político que divulgaram, inculcaram e pretendiam perpetuar.

Os autores mais famosos dos livros de História de Portugal, dos inícios do Estado Novo, foram Alfredo Pimenta e António Mattoso, cujas obras se destinavam ao ensino liceal. No entanto, foi o manual de António Mattoso, «publicado em 1938, aquele que perduraria enquanto «livro único» até aos anos 60, formando o conhecimento histórico de diversas gerações de estudantes»³⁵⁵. Assim, a análise dos manuais permite obter uma imagem adequada do passado coletivo, no que concerne a sentimentos, crenças e atitudes. Neste sentido, constituem uma pista fundamental de investigação para conhecer globalmente uma época, para caracterizar políticas e modelos educativos.

O presente artigo pretende proceder a um levantamento e a uma análise das (não) referências relativas ao processo de construção política da União Europeia, tal qual ele é projetado e veiculado pelos manuais de História portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e italianos, dos ensinamentos básico e secundário³⁵⁶, tendo em vista realçar os seus aspetos mais significativos e a estimular a reflexão e a problematização. Outrossim, pretende-se avaliar como funciona a transferência de conhecimentos entre a academia e a comunidade escolar e qual o seu impacto nas áreas da educação, da ciência e da cidadania.

Para a efetivação deste estudo consultou-se o acervo documental do *The Georg Eckert Institute for International Textbook Research*,

³⁵⁵ GRILO, Márcia – «História e Ideologia no Estado Novo – A Revisão Integralista do Passado Nacional». *Promontoria*. Faro: Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve. ISSN 1645-8052. Ano 9, n.º 9 (2011), p. 200.

³⁵⁶ A amostra deste estudo é constituída por 93 manuais escolares, assim distribuídos: 15 portugueses; 11 espanhóis; 36 franceses; 16 ingleses; e 15 italianos. Estes encontram-se indicados no fim do artigo, nas fontes consultadas.

localizado em Braunschweig, Alemanha, onde se encontram depositados manuais escolares dos mais diversos níveis de ensino, de todos os pontos do globo.

Para além desta, convém destacar outra instituição de investigação internacional relacionada com os manuais escolares, *The International Association for Research on Textbooks and Educational Media* (IARTEM), sediada na Holanda, e cuja última conferência promovida (*The 14th International Conference on Textbooks and Educational Media*) decorreu em Lisboa, de 26 a 29 de setembro de 2017.

Um Manual de História da Europa: da Utopia à Realidade

Desde as suas origens que a Comunidade Económica Europeia/ União Europeia tem vindo a apostar no reforço das políticas e iniciativas nas áreas da Educação e da Juventude, através de vários organismos e programas, de forma a dar a conhecer a História da Europa e a História da Construção Europeia. E os Estados-membros têm procurado cumprir este desígnio, sobretudo através da Escola, nomeadamente nas disciplinas de Geografia, História, Economia e Ciência Política. Por seu lado, têm-se constituído Clubes Europeus, que os alunos frequentam voluntariamente, não perdendo também de vista o programa de mobilidade, Erasmus+, que procura proporcionar aos mais jovens, diferentes experiências ao longo do seu percurso académico.

Desde os anos 80 que os Programas Comunitários no domínio da Educação, aprovados pelo Conselho das Comunidades e Ministros da Educação, pretendiam a melhoria dos conhecimentos sobre a Comunidade e os respetivos Estados-membros, do ponto de vista histórico, cultural, económico e social. Além do mais, tinham, entre os seus projetos de valorização europeia, um dedicado ao ensino da História no Secundário. Nesse âmbito:

Foi desenhado um livro que pudesse ser um manual escolar destinado a todos os alunos que frequentam o ensino secundário europeu e simultaneamente uma obra destinada ao grande público, interessado em revisitar a memória europeia e tentar entender a complexidade da organização, estruturação e relacionamento dos seus Estados³⁵⁷.

A elaboração deste manual coletivo de História da Europa foi uma utopia que se tornou uma realidade em 1992, ano em que se evocou o 35.º aniversário do Tratado de Roma e em que foi assinado o Tratado de Maastricht. A obra, em que participaram doze historiadores europeus, um por cada país – António Simões Rodrigues, por Portugal –, decorreu da necessidade de transformar os modos de pensar e de avançar numa evolução do conceito «de Europa das pátrias» para uma noção de «pátria europeia»³⁵⁸.

Pretendia o seu coordenador, o economista e homem de cultura, de tríplice nacionalidade francesa, inglesa e dinamarquesa, Frédéric Delouche, proporcionar a professores, alunos e encarregados de educação, assim como «às instâncias pedagógicas, e mesmo aos que têm as decisões políticas» a imperiosa «reflexão sobre a oportunidade de introduzir de forma mais estruturada a dimensão europeia, a par da dimensão nacional no ensino da história». Desejava que esta obra constituísse «um contributo útil e preciso para os programas e para os manuais existentes», porque acreditava que o «estados democráticos têm o dever de educar os seus cidadãos»³⁵⁹.

³⁵⁷ RODRIGUES, António Simões – «Um manual de História da Europa. A construção de uma utopia?». *Estudos do Século xx. Europa – Utopia/Europa – Realidade*. Coimbra: Quarteto. ISSN: 1645-3530. N.º 2 (2002), p. 216.

³⁵⁸ Idem, op. cit., p. 215.

³⁵⁹ DELOUCHE, Frédéric et al. – *História da Europa*. Coimbra: Minerva, 1992, pp. 4-5. ISBN 972-9316-17-1.

Alguns anos mais tarde, e a outro nível, o do ensino superior, também a obra *A Ideia de Europa. Uma perspetiva histórica*, da autoria de Maria Manuela Tavares Ribeiro³⁶⁰, para além de fazer uma retrospectiva da ideia de Europa, desde o mundo clássico até à contemporaneidade, veio propor um plano geral para um curso sobre a Ideia de Europa.

Mais recentemente, por exemplo, no caso português, no âmbito dos livros recomendados pelo Plano Nacional de Leitura 2017, para o 6.º ano, consta(va) *A Europa explicada aos jovens. A Europa explicada a todos*, de Jacques Le Goff³⁶¹, um dos mais prestigiados historiadores e intelectuais europeus. Nesta obra de cunho didático são colocadas e respondidas questões como:

- De onde vem a Europa?
- Como e desde quando ela existe enquanto tal?
- Quais são as suas fronteiras?
- Como é que este continente se unificou, o que é que o uniu anteriormente e o que é que o une hoje em dia?
- Como nasceu a Europa da cristandade, das ideias humanistas, dos inventos científicos, das revoluções políticas, da cultura democrática?
- E porque é que ela se dividiu tão frequentemente, em guerras entre nações, regiões, povos europeus, e em guerras contra outros povos?
- Que balanço deixa a colonização?
- Como explicar o trágico século xx?
- Para onde vamos agora, com a União Europeia?

³⁶⁰ Cf. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *A Ideia de Europa. Uma perspetiva histórica*. Coimbra: Quarteto, 2003. 190 p. ISBN: 972-8717-84-9.

³⁶¹ Cf. LE GOFF, Jacques – *A Europa explicada aos jovens. A Europa explicada a todos*. Lisboa: Gradiva, 2007. 80 p. ISBN 978-989-616-219.

– De que Europa nos devemos recordar, que Europa devemos construir?³⁶²

Todos estes projetos desenvolvidos ao longo de duas décadas apontam para «a grande meta de uma Europa povoada por cidadãos de espírito verdadeiramente europeu», conhecedores, não só da sua história, bem como dos diversos momentos da construção de uma ideia e, posteriormente, de uma instituição «alicerçada em valores universais, onde não se perdesse a noção das diferenças e o respeito dos particularismos»³⁶³. Exatamente como havia evidenciado o escritor e filósofo suíço, Denis de Rougemont, na sua obra *Carta Aberta aos Europeus*: «Europeias, Europeus, sereis vós quem fará a Europa e mais ninguém, com a única condição de que o queirais verdadeiramente»³⁶⁴.

Que Europa nos manuais de História Portugueses e Europeus?

Os programas e as metas curriculares apontam para uma perspetiva de História Universal e Europeia centrada na História de Portugal, havendo, neste caso, duas formas de apresentar os conteúdos: tratar algumas estruturas globais a partir da História Nacional³⁶⁵, ou

³⁶² Idem, op. cit., p. 6.

³⁶³ RODRIGUES, António Simões, op. cit., p. 216.

³⁶⁴ ROUGEMONT, Denis – *Carta Aberta aos Europeus*. Lisboa: Editorial Pórtico, 1971, p. 133.

³⁶⁵ Um bom exemplo desta primeira forma de abordar os conteúdos encontra-se no 8.º ano de escolaridade, onde se propõe o estudo do «pioneirismo português no processo de expansão europeu», por forma a compreender a «expansão e mudança nos séculos xv e xvi». RIBEIRO, Ana Isabel et al. – *Metas Curriculares de História. 3.º Ciclo do Ensino Básico* [Em linha]. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2013/2014, p. 13. [Acedido a 5 de mar. 2018]. Disponível na Internet: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_hist_3_ciclo.pdf.

abordar as conjunturas europeias, onde se insere a análise do caso português³⁶⁶, que se destaca pela sua especificidade³⁶⁷.

Em Portugal, o estudo do processo de construção política da União Europeia encontra-se incluído nos manuais das disciplinas de História e Geografia de Portugal do 6.º ano, de História do 9.º ano e de História A e B do 12.º ano de escolaridade. Também as disciplinas de Economia A dos 10.º e 11.º anos, e de Ciência Política, no âmbito da formação específica do 12.º ano, contemplam o conhecimento das realidades portuguesa e europeia.

Com as sucessivas reformas curriculares registou-se, nas últimas décadas, uma visível diminuição do tempo e do espaço dedicados, sobretudo nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, ao estudo da História em geral e, conseqüentemente, ao processo de construção política da União Europeia, em particular. Para se formar uma ideia muito clara do assunto, bastará dizer que, das 230 páginas que, em média, os manuais portugueses do 9.º ano de escolaridade têm, apenas seis páginas, ou seja, 2,6% do manual, são dedicadas à construção europeia. Nos livros nacionais pode-se verificar, ainda, um processo evolutivo muito claro, no que concerne à correlação entre os textos propostos pelos autores, os documentos históricos incorporados e as atividades propostas aos alunos. A evolução consiste numa presença cada vez mais reduzida do texto em benefício das imagens, da transcrição de documentos e da multiplicação de atividades³⁶⁸.

³⁶⁶ Da mesma forma, no mesmo ano propõe-se o estudo da «civilização industrial no século XIX», onde se insere o caso português como o exemplo de um país de difícil industrialização. RIBEIRO, Ana Isabel et al. – *Metas Curriculares de História. 3.º Ciclo do Ensino Básico* [Em linha]. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2013/2014, pp. 20-21. [Acedido a 5 de mar. 2018]. Disponível na Internet: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_hist_3_ciclo.pdf.

³⁶⁷ SERRANO, Clara Isabel – O Estado Novo. (Re)visitando os manuais de história portugueses. In TORRALBA, Luís Reis et al. – *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 239. ISBN 978-989-8074-53-9.

³⁶⁸ Cf. Idem, op. cit., p. 241.

Em termos gerais, pode dizer-se que, nos manuais de História portugueses, a abordagem deste tema obedece ao seguinte esquema convencional:

1. Origem e expansão da União Europeia: algumas das datas decisivas, desde o estabelecimento do Benelux e da assinatura do Tratado de Roma até ao Tratado de Lisboa;

2. Políticas económicas e sociais, problemas e dificuldades: Mercado Único, Política Agrícola Comum (PAC), Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Moeda Única, Acordo de Schengen e *Brexit*;

3. Instituições europeias: o Conselho da União Europeia, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu estão presentes em 80% dos manuais analisados; o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Comité Económico e Social Europeu (CESE) são referidos por 53% dos manuais estudados; e o Conselho Europeu é citado em 33% dos livros examinados.

No que concerne a figuras históricas nos manuais analisados surgem apenas três vultos: Jean Monnet, em 41% dos manuais; Robert Schuman, em 35%; e Winston Churchill, em 24% dos mesmos livros. Relativamente aos documentos iconográficos, a prevalência destes sobre as fontes escritas³⁶⁹ é cada vez mais notória, sobretudo nos manuais do 2.º e do 3.º Ciclos. Esse predomínio tende a baixar quando se analisam os manuais do 12.º ano. Os documentos escritos representam apenas 29% dos apresentados. Destes destacam-se, claramente, os excertos dos Tratados de Roma e de Maastricht, de discursos políticos, de revistas e de obras da especialidade.

Por sua vez, nos compêndios espanhóis, o tema da construção política da União Europeia está incluído no programa da *Educación*

³⁶⁹ Sobretudo da fotografia.

Secundaria Obligatoria (ESO), no módulo *El Mundo Actual*, que compreende cinco capítulos: um primeiro dedicado à Segunda Guerra Mundial e suas consequências; um segundo consagrado ao Mundo Ocidental; um terceiro que abarca o estudo do mundo comunista; um quarto devotado à Espanha durante o Franquismo; e um quinto consignado à Espanha democrática: a transição, a Constituição de 1978, o Estado e as Autonomias.

Na abordagem desta temática uma primeira parte é dedicada à exposição sobre o meio físico europeu, a demografia e as principais atividades económicas; uma segunda parte analisa a União Europeia, da ideia à realidade; um terceiro item é consagrado às instituições europeias e aos programas europeus de educação:

1. O meio físico: são elencadas zonas climáticas, cordilheiras, rios, densidade populacional, sectores da produção e assimetrias económicas entre os diversos Estados-membros;

2. A União Europeia – como se concretiza um sonho: subdividindo-se em alguns elementos comuns (o pensamento filosófico grego, o Latim e o Direito Romano, o Humanismo cristão, o Renascimento, o Liberalismo, o Marxismo, os avanços científicos que ditaram a Revolução Industrial, etc.);

3. A ideia de continuidade na procura da união: o mito de Europa; o Império Romano; o Império Carolíngio, o Sacro Império Romano Germânico e o Império de Carlos V; o século XIX e a Europa de Napoleão e o apelo de Victor Hugo, em 1849; a Nova Ordem Europeia de Hitler; as organizações que precederam, no pós-Segunda Guerra Mundial, a Comunidade Económica Europeia, e uma ampla cronologia dos tratados, adesões e da criação das diferentes instituições.

No que concerne à organização, os compêndios abordam as principais instituições, a complexidade do funcionamento da União

Europeia, a economia comunitária, com ênfase no comércio, na indústria, na pesca e na agricultura, e os programas de ajuda comunitária. Quanto a figuras históricas, os livros escolares referem não só algumas das personalidades que, ao longo da História, foram contribuindo para a ideia de uma unidade europeia, como Carlos Magno, Otão I, Carlos V, Luís XIV, Napoleão, Gondon, Vítor Hugo e Hitler («el dictador nazi quiso unificar Europa en beneficio de Alemania»³⁷⁰), mas também aqueles que defenderam no século xx uma Europa unida, como Winston Churchill («uno de los primeros defensores de la idea de una Europa unida»³⁷¹), Charles de Gaulle, Konrad Adenauer, Alcide de Gaspari, Jean Monnet, Robert Schuman e Paul Henri Spaak. Relativamente aos documentos iconográficos, predominam as fotografias, os quadros, os gráficos e os mapas. Nos livros analisados apenas 16% dos documentos apresentados são escritos. Destes, destacam-se os excertos de discursos de Winston Churchill, Robert Schuman e Jean Monnet, dos Tratado de Roma e de Maastricht e de artigos da imprensa espanhola.

Em França, o estudo do processo de construção política da União Europeia é proposto nos currículos das disciplinas de História da *Troisième* do 1.º Ciclo do Ensino Secundário e da *Terminale* do 2.º Ciclo do Ensino Secundário. A mesma análise é ainda feita na disciplina de Educação Cívica da *Quatrième* e da *Troisième* do 1.º Ciclo do Ensino Secundário.

Os programas franceses consagram capítulos inteiros à análise do processo de construção política da União Europeia. Este interesse pelo estudo do tema compreende-se pelo facto de a França ter sido um dos seis países fundadores da Comunidade Económica Europeia (CEE) e pela importância que este organismo continua a assumir para

³⁷⁰ CUCURELLA FÉRNANDEZ, S. et al. – *Ciencias Sociales. Geografía e Historia. ESO 4. 1.ª Ed.* Barcelona: Casals, 1996, p. 218. ISBN 978-84-218-1459-8.

³⁷¹ GONZÁLEZ CALVO, R. et al. – *Geografía e Historia 4. Ciencias Sociales. 2.º Ciclo de ESO.* Madrid: Ed. Everest, 1998, p. 203. ISBN 978-84-241-7156-8.

os franceses. Com toda a certeza, a preponderância que a França, a par da Alemanha, tem tido nos últimos anos na liderança política da União, chegando mesmo a falar-se do «motor franco-alemã» da integração europeia, que não tem estado isento de críticas, não será alheia a este facto. No entanto, o total de páginas dedicado à construção europeia pode parecer escasso, uma vez que é apenas de 15, representando apenas 4% dos manuais, uma vez que, em média, os manuais de História da *Terminale* têm 381 páginas.

Em termos gerais, a abordagem deste tema obedece ao seguinte esquema:

1. Fundamentos da identidade europeia – a herança da civilização greco-romana, a partir da qual se forjou uma «Europe de la Chrétienté, une Europe des Lumières, une Europe romantique et une conscience fondée sur des valeurs communes»³⁷²; o apelo de Victor Hugo aos Estados Unidos da Europa; a criação em 1923 do Movimento Pan-Europeu, por Condenhove-Kalergi; e o apelo de Aristide Briand, em setembro de 1929, na Sociedade das Nações (SDN) para o estabelecimento de uma espécie de laço federal entre os povos da Europa.

2. Primeiras realizações – movimentos pró-europeístas que surgiram na década de 40; a proposta de Winston Churchill, em 1946, para a criação dos Estados Unidos da Europa; o Congresso da Europa, em Haia, em maio de 1948 e a criação do Conselho da Europa, em maio de 1949; a constituição da Organização para a Cooperação Económica (OECE) e da União Europeia dos Pagamentos (UEP); os pais fundadores da Europa: os franceses Jean Monnet e Robert Schuman, o italiano Alcide de Gasperi, o alemão Konrad Adenauer, e o belga Paul-Henri Spaak; a

³⁷² ZANGHELLINI, Valéry et al. – *Histoire. Term. L, ES, S*. Paris: Belin, 1998, p. 174. ISBN 978-27-011-2350-9.

Declaração de Robert Schuman, de 9 de maio de 1950; a formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), da Comunidade Europeia de Defesa (CED), que acabou por fracassar e por dar lugar, em 1955, à União da Europa Ocidental (UEO), a constituição da CEE e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA ou EURATOM), através do Tratado de Roma; as políticas comuns adotadas pela CEE, como a PAC e o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA).

3. As reticências britânicas – a presidência de Churchill no Congresso de Haia e a participação de Londres na criação da OECE, em 1948; a adesão ao Conselho da Europa e à NATO em 1949; a rejeição britânica à CECA, à CED e à CEE – «ils essaient même de s’opposer à la constitution de ce qu’ils nomment avec dédain la petite Europe»³⁷³ – a contraproposta britânica para a criação de uma zona, a *Association européenne de libre-échange* (AELE) / *European Free Trade Association* (EFTA), em 1960; os sucessivos vetos de De Gaulle aos pedidos de adesão do Reino Unido, em 1963 e 1967; e, finalmente, a entrada em 1973.

4. Consolidação da Europa – a geografia dos alargamentos e as novas candidaturas; a reunificação alemã; o Tratado de Maastricht e a sua ratificação que desencadeou, segundo os manuais, uma grave crise, por causa dos referendos realizados na Dinamarca e em França; o colapso do Comunismo na Europa Central e na URSS; as adesões do século XXI.

5. Mutações institucionais – as instituições europeias mais referidas são a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Tribunal de Justiça da União Europeia e o CESE.

6. Europa dos europeus – os Tratados, do Tratado de Roma ao Tratado de Maastricht e de Lisboa e os Acordos de Schengen; os

³⁷³ MARSEILLE, Jacques – *Histoire Terminale. L/ES/S – J.* Paris: Nathan, 2008, p. 74. ISBN 978-2-09-172784-4.

Programas ERASMUS e TEMPUS; e a Carta Europeia dos direitos sociais fundamentais dos trabalhadores adotada pelo Conselho Europeu em 1989.

No que concerne às figuras históricas, as mais destacadas são, sem dúvida, os chamados pais fundadores da Europa: os franceses Robert Schuman, referido por 80% dos manuais analisados, e Jean Monnet, citado por 73% dos livros escolares observados, o alemão Konrad Adenauer, nomeado por 67% dos manuais estudados e o italiano Alcide de Gasperi, mencionado por 53% dos compêndios examinados; o belga Paul-Henri Spaak, também considerado por muitos como um dos fundadores da União Europeia surge referido apenas em 47% dos manuais visados e o italiano Altiero Spinelli consta em 13% dos livros observados; o holandês cofundador e signatário do Tratado de Roma e, mais tarde, secretário-geral da NATO, Joseph Luns, é mencionado em 7% dos compêndios de História. De igual modo, se alude a diversos nomes sonantes dos «premiers rêves d'union européenne»³⁷⁴, como Aristide Briand, mencionado por 27% dos livros escolares; Vitor Hugo e Richard Coudenhove-Kalergi, referidos por 13% dos manuais; etc.; todos os Presidentes da V República Francesa e alguns dos chanceleres alemães e dos primeiros-ministros ingleses. Relativamente aos documentos iconográficos, os atuais manuais de História franceses consagram um espaço extremamente importante a imagens, gráficos, mapas, tabelas e barras cronológicas. Este atinge uma percentagem muito próxima dos 50% nos livros escolares da *Troisième*, valor esse que tende a baixar quando se analisam os compêndios da *Terminale*. As caricaturas assumem, de igual modo, um lugar de destaque, sobretudo as do famoso cartoonista francês Jean Plantureux (*Plantu*). Nos livros analisados 39% dos documentos apresentados são escritos. Destes, destacam-se claramente os textos de personalidades de dife-

³⁷⁴ Idem, op. cit., p. 206.

rentes épocas, ligadas direta ou indiretamente ao processo de construção política da União Europeia, como Charles de Gaulle, Altiero Spinelli, Robert Schuman, Jean Monnet, Jacques Delors, Konrad Adenauer, Margaret Thatcher, Winston Churchill, Aristide Briand, François Mitterand, Harold Wilson, John Major, Karl Kaiser, Paul-Henri Spaak, Simone Veil, Valéry Giscard d'Estaing, Vitor Hugo e Willy Brandt.

No que concerne aos manuais ingleses, o estudo efetuado abrangeu a disciplina de História do *Key Stage 3* da *Lower Secondary Education* e do *Key Stage 4* da *Secondary Education*. Em Inglaterra, à semelhança do que acontece em Portugal, regista-se uma redução do tempo e do espaço dedicados ao estudo do processo de construção política da União Europeia. Das 220 páginas que, em média, os manuais ingleses têm, apenas sete, ou seja, 3% do manual, são dedicadas à construção europeia.

Em termos gerais, a abordagem deste assunto cumpre o seguinte esquema:

1. Unidade europeia – *early attempts*: da Europa, enquanto centro financeiro do mundo em 1939, ao continente devastado do final da 2.^a Guerra Mundial; a necessidade de unidade europeia, como o único caminho a seguir: «Europe had to develop as a European family, as Churchill said»³⁷⁵; os primeiros tratados, o Plano Marshall, a criação do Conselho da Europa, o declínio do convite, pelo governo trabalhista, em 1951, para participar nas negociações para o estabelecimento da CECA; e a criação, em 1957, da CEE que é descrita como um êxito pelos manuais.

2. Konrad Adenauer e o «milagre económico» alemão – a reconstrução da Alemanha e a recuperação do desemprego, na sequência da eleição de Konrad Adenauer como chanceler alemão,

³⁷⁵ LANE, Peter – *GCSE World History: 1870 to the Present Day*. London: Letts Educational, 1996, p. 113. ISBN 978-1-8-57-58596-4.

em agosto de 1949; a participação da Alemanha na NATO, na CECA, na CED, na EURATOM e na CEE; a estreita cooperação do chanceler com o governo francês.

3. A CEE: a questão aduaneira e as principais estruturas, nomeadamente a Comissão Europeia, o Conselho da União Europeia e a sua Assembleia Parlamentar, o Tribunal de Justiça e o Parlamento Europeu.

4. A Inglaterra e a CEE: a Inglaterra teve oportunidade de se juntar aos Seis em 1952 e em 1957. No entanto, optou por se manter afastada por três razões, segundo os manuais: 1. «Britain felt separate from the continent and felt more important in the world than even France or West Germany»; 2. «Trade with the Commonwealth countries was still important. This would have to decrease if Britain became a member of the E. E. C.»; 3. «British politicians thought that the country had a «special relationship» with the U.S.A. This would be lost if Britain gave up its complete independence»³⁷⁶; como quer que seja, a ênfase é posta na oposição francesa à adesão de Londres:

President de Gaulle of France did not like the ‘Anglo-Saxons’ (that is, the Americans and British). In 1961 he prevented Britain from becoming a member. In 1967 the Labour Prime Minister, Harold Wilson, started talks again. Again, de Gaulle refused to allow Britain to enter. In 1970 Edward Heath became prime minister. By this time de Gaulle was dead. The negotiations succeeded³⁷⁷.

³⁷⁶ HEATER, Derek – *Our World this Century*. 1.^a Ed. Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 153. ISBN 978-0-1-99-13324-6.

³⁷⁷ Idem, op. cit., pp. 153-154.

5. Expansão e desenvolvimento: apesar da recessão mundial na sequência da subida dos preços do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a CEE continuou a prosperar; adesões da Grécia, Portugal e Espanha; queda do Muro de Berlim e reunificação alemã; Tratado de Maastricht e os alargamentos de 1995, 2004, 2007 e 2013. Não há, neste momento, apesar de tópicos eurocéticos, qualquer antecipação do *Brexit*.

No que concerne às figuras históricas, de entre os pais fundadores da Europa, destacam-se os franceses Robert Schuman, referido pela totalidade dos manuais analisados, e Jean Monnet, citado por 75% dos livros escolares observados, o alemão Konrad Adenauer, nomeado por todos os manuais estudados, o italiano Alcide de Gasperi, mencionado por 25% dos compêndios examinados e o belga Paul-Henri Spaak, referido por 25% dos manuais visados. Os compêndios não esquecem os primeiros-ministros ingleses: Winston Churchill e Harold Macmillan são referidos por 25% dos manuais, Harold Wilson surge em 75% dos livros, Edward Heath em 50% dos manuais e Margaret Thatcher em 25%. Os manuais observados referem ainda dois Presidentes da V República Francesa, Charles de Gaulle, citado por todos os livros analisados, e Georges Pompidou, mencionado por 25% dos compêndios. Os políticos franceses René Pléven, Paul Reynaud e Michel Debré e os militares Philippe Pétain e Maxime Weygand são referenciados por 25% dos manuais observados. O político alemão, Willy Brandt, é mencionado em 50% dos compêndios observados. No que concerne aos presidentes da Comissão Europeia apenas um é mencionado, o alemão Walter Hallstein.

Quanto aos documentos iconográficos, o cômputo apresenta os seguintes parciais: fotografias – 38%; caricaturas – 28%; mapas – 24%; organigramas – 10%. Nos livros escolares analisados, 32% dos documentos apresentados são escritos. De salientar que, em nenhum manual observado, se encontram excertos dos textos do Tratado

de Roma ou do Tratado de Maastricht. Os documentos que surgem são da autoria de políticos como Winston Churchill, de escritores como Norah Beloff, de historiadores, como Alan Palmer, Veronica Palmer, Alexander Werth, John W. Boyer e Jan Goldstein, e de jornalistas, como Michael Charlton. De realçar ainda a inclusão de artigos de imprensa, designadamente do *Daily Telegraph* e da *Time Magazine*.

Relativamente aos manuais italianos, o estudo efetuado abrangeu as disciplinas de História da *Scola Secondaria de Primo Grado*, do *Liceo* e da *Istruzione Professionale*. Os manuais italianos conferem algum destaque à construção política da União Europeia. Das 331 páginas que, em média, os livros escolares da *Scuola Secondaria de Primo Grado* têm, dez páginas, ou seja, 3% do manual, são dedicadas à construção europeia. Em termos gerais a abordagem deste tema obedece ao esquema:

1. A Ideia de Europa – a ideia de uma Europa unida perde-se no tempo: na época medieval já Dante Alighieri indicava como única solução para a Europa a sua reunião num único organismo político – o império; no século XIX a ideia de uma Europa unida era bastante cara aos filósofos, aos políticos e aos intelectuais: o filósofo italiano Carlo Cattaneo auspiciava a formação dos Estados Unidos da Europa à semelhança dos Estados Unidos da América e o filósofo e economista francês Claude Saint-Simon defendia a necessidade de um parlamento que se ocupasse dos interesses comuns da *Società Europea*; referência, também à defesa de uma *Federazione di Stati* pelos antifascistas italianos Altiero Spinelli e Ernesto Rossi, que, presos em Ventotene, nas ilhas Lipari, fundaram clandestinamente, em Junho de 1941, um movimento europeísta que emitiu o chamado *Manifesto di Ventotene*, reclamando uma constituição europeia elaborada por uma assembleia a ser ratificada pelos parlamentos nacionais. Estes dois homens

estiveram, já depois da queda de Mussolini, na base da formação em Milão, em agosto de 1943, do *Movimento Federalista Europeo*; após a 2.^a Guerra Mundial políticos de diversos países e de diferentes formações ideológicas defenderam a colaboração e a entreatura entre as nações europeias. Foram os casos do inglês Winston Churchill, dos franceses Jean Monnet e Robert Schuman, do alemão Konrad Adenauer, do italiano Alcide de Gasperi e do belga Paul-Henri Spaak.

2. Nascimento da Comunidade Económica Europeia – análise dos diversos momentos da constituição da CEE e do afastamento da Grã-Bretanha de todo este processo. Segundo os compêndios de história analisados, este país revelou-se «inicialmente ostile al progetto europeo, che preferì coltivare i rapporti commerciali com le sue ex colonie sparse nel mondo»³⁷⁸.

3. Alargamento – tema tratado quase esquematicamente: alargamentos de 1973, 1981, 1986; reunificação alemã; alargamentos de 1995, 2004, 2007 e 2013.

4. Passos decisivos: A União Europeia e o Euro – tema abordado do mesmo modo esquemático do anterior, sublinhando o caminho trilhado desde a assinatura do Ato Único Europeu até à adoção do Euro.

5. Instituições Europeias – os livros escolares analisam exaustivamente cada um dos seguintes organismos, referenciando as suas atribuições: Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Conselho Europeu, Tribunal de Justiça da União Europeia, Tribunal de Contas Europeu, Banco Europeu de Investimento e Banco Central Europeu; menção, ainda, à guerra na ex-Jugoslávia, que demonstrou que a União Europeia para poder ter um importante papel internacional, deveria ter um exército próprio.

³⁷⁸ SABBATUCCI, G. et al. – *Dossier di Storia. Il Mondo Contemporaneo*. Vol. 3. 17.^a Ed. Roma/Bari: Laterza, 2008. p. 190. ISBN 8842087416.

6. União Europeia: vantagens e desvantagens – numa visão muito pragmática, mas não maniqueísta, apontam-se as vantagens: livre circulação de pessoas, bens e serviços; colaboração entre os vários Estados-membros para reforçar a segurança dos cidadãos; reconhecimento em todos os Estados-Membros das qualificações profissionais obtidas nos países de origem; desenvolvimento económico, que gera a criação de novos empregos. No entanto, os manuais reconhecem que a Europa continua a debater-se com uma série de problemas. Destacam as assimetrias dentro dos estados nacionais e o problema das desigualdades na própria Europa. Consideram preocupante os dados do desemprego jovem, a escalada do crime organizado, o terrorismo islâmico, a imigração clandestina e as condições de vida dos estratos socioeconómicos mais baixos da população.

7. Dificuldades de integração – a maioria dos cidadãos é favorável a uma unificação política. No entanto, alguns sectores da população encaram esta mudança com hostilidade e temor. O nacionalismo, que na centúria de Novecentos ensanguentou a Europa com os horrores da 1.^a e da 2.^a Guerras Mundiais, é um sentimento ainda vivo: muitos temem que a União Europeia conduzir a uma dissolução da própria pátria, da própria cultura, da própria língua, e, por isso, preferem manter viva a velha divisão. Outra dificuldade decorre da diversidade das leis e dos sistemas judiciais vigentes nos diversos países, que se têm revelado de difícil harmonização.

No que toca às figuras históricas, os manuais analisados referem inúmeras personalidades que, de forma mais ou menos direta, ao longo da História contribuíram para o processo de construção política da União Europeia. Deste modo, começam por aludir a diversos vultos que ao longo dos tempos defenderam o sonho europeu: o poeta italiano Dante Alighieri, o humanista holandês Erasmo de Roterdão, o

filósofo e economista francês Claude Saint-Simon e o político italiano Carlo Cattaneo são referidos por 9% dos manuais. Contudo, as individualidades mais destacadas são, sem dúvida, os chamados pais fundadores da Europa: o alemão Konrad Adenauer, nomeado por 45% dos manuais estudados, o francês Robert Schuman, referido por 36% dos manuais analisados e o italiano Alcide de Gasperi, mencionado por 36% dos compêndios examinados. O belga Paul-Henri Spaak e o francês Jean Monnet surgem referidos apenas em 9% dos manuais visados. Altiero Spinelli consta em 27% dos livros observados e Ernesto Rossi é mencionado em 18% dos compêndios de História. Os manuais observados referem ainda um Presidente da V República Francesa e um primeiro-ministro francês. Assim, Charles de Gaulle é citado por 9% dos livros analisados e Lionel Jospin é referido por 18% dos compêndios observados. Os manuais não esquecem ainda os primeiros-ministros ingleses. Winston Churchill é referido por 9% dos manuais e Tony Blair surge em 18% dos livros escolares analisados. Os manuais referem igualmente alguns dos chanceleres alemães do último século. Mencionam alguns presidentes da Comissão Europeia. São os casos do francês Jacques Delors mencionado por 18% dos compêndios de História e do italiano Romano Prodi que surge em 9% dos manuais analisados. Importa ainda realçar o destaque dado ao Tratado de Maastricht, referenciado em 82% dos manuais analisados e ao Ato único Europeu, mencionado em 45% dos livros escolares estudados. De assinalar que apenas 27% dos compêndios de História fazem alusão ao tratado fundador da CEE, o Tratado de Roma. O Tratado de Paris, de 1951, é referido por 18% dos manuais observados.

No que diz respeito aos documentos iconográficos, verificam-se os seguintes números: fotografias – 54%; mapas – 24%; cartazes – 6%; caricaturas – 5%; gráficos – 4%; quadros – 4%; e organigramas – 3%. O número de documentos escritos apresentado é muito diminuto, pelo que, nos livros analisados somente 18% dos documentos apresentados são escritos. Destes destacam-se os excertos do *Manifesto di Ventotene*.

Conclusão

O modo como os manuais portugueses abordam o tema da construção europeia está isento de estereótipos, baseando-se a visão predominante nos princípios da tolerância, do respeito, da compreensão e da concórdia. Por seu lado, a interpretação histórica oferecida é suficientemente equilibrada e ponderada. No entanto, o plano de estudo proposto é demasiado simplista e generalista. Falta, para completar a visão de conjunto, o estabelecimento de relações passado-presente, que, por ora, estão completamente ausentes, assim como uma abordagem mais exaustiva de factos e figuras.

Ademais, no caso português, tanto neste como noutros casos, verifica-se que a investigação desenvolvida ao nível da academia tende a não ser transposta com a devida celeridade para os programas e manuais e, conseqüentemente, para as salas de aula. Há falhas estruturais ao nível da operacionalização da transferência de saberes, o que acaba por ter um impacto bastante negativo nas áreas da educação e da cidadania. Desde há décadas que se mantém um desfazamento entre a investigação que é levada a cabo nas instituições de ensino superior e o que é objeto do processo de ensino-aprendizagem. Com prejuízo efetivo dos docentes e dos alunos, em particular, e da sociedade, em geral. Calcula-se um lapso de 5 a 10 anos (talvez mais), no que à disciplina de História concerne, até as novas conclusões historiográficas chegarem e atualizarem o que é lecionado do Ensino Básico/Secundário – período de tempo que nada tem que ver com os seis anos da vigência dos compêndios³⁷⁹.

Na verdade, os manuais espanhóis, franceses, ingleses e italianos oferecem uma análise muito mais exaustiva e complexa deste tema.

³⁷⁹ Cf. MENDES, José Amado – História e Geografia como Ciências Aplicadas. In *Educateca* do livro *Descobrir: História e Geografia de Portugal, 5.º Ano*. Barcelona: Santillana, 2016, p. 92.

Desde os primeiros passos para uma Europa unida até às dificuldades com que a União Europeia se confronta na atualidade. Os manuais espanhóis tendem a conceber o percurso feito desde a Antiguidade Clássica em torno da ideia de unidade europeia com um certo finalismo histórico, o que não deve estranhar, na medida em que a lecionação a estes níveis exigem uma certa simplificação (que não resulta necessariamente em simplismo). Por sua vez, os manuais franceses e ingleses dão conta da conflituosa relação entre o Reino Unido e a União Europeia. Sem qualquer referência a um eventual *Brexit*, são perceptíveis as dúvidas: quanto à adesão, ademais bloqueada a dada altura pela França; no que respeita à condução política do projeto comunitário; sem esquecer a questão da «concorrente» *Commonwealth*.

Por outro lado, muitas das dificuldades com as quais a União Europeia se tem vindo a deparar são antecipados pelos manuais, nomeadamente os italianos. A questão dos migrantes, o Mediterrâneo das duas faces, «paraíso turístico» e «túmulo de refugiados», a premissa da Europa dos estereótipos, «norte industrial» e «sul ocioso», e as intervenções financeiras dos últimos anos, surgem aqui e ali, escapando, ainda no caso italiano, ao finalismo histórico atrás mencionado.

Evidentemente que, em última análise, o docente tem um papel decisivo, que não se esgota nem nos manuais, nem nas indicações programáticas. Veja-se, em jeito de contraprova, como a questão da Alsácia-Lorena era frequentemente invocada pelos professores franceses da III República, em finais do século XIX. Ou seja, como o ensino público, universal e gratuito, tributário do pensamento iluminista, veio a alimentar o revanchismo. Outros exemplos similares podiam ser convocados a terreiro. Como quer que seja, a progressiva menorização das ciências sociais e humanas e da cultura clássica, com a conseqüente descaracterização dos programas (demasiado longos e distanciados da realidade dos alunos, presos a um paradigma

estruturalista, onde os homens e mulheres concretos as mais das vezes se subsumem) talvez espelhem, afinal, a «decadência» ou «declínio» que os europeus, desde há mais de um século, querem descortinar no seu continente. Clio tornou-se Cassandra.

Fontes

Portugal

- ALVES, Eliseu et al. – *História 9*. 1.ª Ed. Porto: Porto Editora, 2000.
- BARREIRA, Aníbal et al. – *Páginas do Tempo 9*. 1.ª Ed. Porto: Edições Asa, 2003.
- BARREIRA, Aníbal et al. – *Rumos da História 9*. 2.ª Ed. Porto: Edições Asa, 2004.
- COUTO, Célia Pinto do et al. – *O Tempo da História 12*. Vol. 2. Porto: Porto Editora, 2003.
- CRISANTO, Natércia et al. – *Novo História 9.º Ano*. Porto: Porto Editora, 1997.
- CRISANTO, Natércia et al. – *Olhar a História 9*. 1.ª Ed. Porto: Porto Editora, 2005.
- DINIZ, Maria Emília et al. – *História 9*. 1.ª Ed. Lisboa: Editorial O Livro, 2000.
- DINIZ, Maria Emília et al. – *História Nove*. 1.ª Ed. Lisboa: Lisboa Editores, 2004.
- MAIA, Rui Leandro (Coord.) – *História 9*. 1.ª Ed. Porto: Porto Editora, 2004.
- NEVES, Pedro Almiro et al. – *Clube da História 9*. 1.ª Ed. Porto: Porto Editora, 2001.
- NEVES, Pedro Almiro et al. – *Novo Clube de História 9*. Parte 2. 1.ª Ed. Porto: Porto Editora, 2004.
- NEVES, Pedro Almiro et al. – *História 12. Tempos, Espaços e Protagonistas*. Vol. 2. Porto: Porto Editora, 2001.
- PINTO, Ana Lúcia et al. – *Temas de História 12*. Vol. 2. Porto: Porto Editora, 1999.
- REBELO, Carlos et al. – *Olhar a História 9*. 1.ª Ed. Lisboa: Didáctica Editora, 1999.
- RIBEIRO, Avelino et al. – *Caminhos da História – 12.º ano*. Porto: Edições Asa, 2004.

Espanha

- A.-TREPAT, Cristòfo et al. – *Ciències Socials 4. 2 Cicle ESO*. Barcelona: Barcanova, 2003.
- BARRIS, Jordi et al. – *Geografia e Historia. Eso 4. 2.º Ciclo*. Barcelona: Edebé, 2000.
- CAMPOY MAYORDOMO, J. F. (Coord.) – *Geografía e Historia 4. Ciencias Sociales*. Madrid: Bruño, 1995.

- CORTÈS, Xavier et al. – *Ciències Socials. Història. 4t Curs. ESO. 2 Cicle*. 1.^a Ed. Barcelona: La Galera, 2005.
- CUCURELLA FÉRNANDEZ, S. et al. – *Ciencias Sociales. Geografía e Historia. ESO 4*. 1.^a Ed. Barcelona: Casals, 1996.
- FERNÁNDEZ GARCÍA et al. – *Tiempo 4. Ciencias Sociales. Educación Secundaria. Segundo Ciclo, Cuarto Curso*. 1.^a Ed. Barcelona: Vicens-Vives, 1997.
- GARRIDO GONZÁLEZ, Antonio (Dir.) – *Historia 4. ESO*. Barcelona: Edebé, 2003.
- GARRIDO GONZÁLEZ, Antonio (Dir.) – *Historia 4. ESO*. Barcelona: Edebé, 2005.
- GONZÁLEZ CALVO, R. et al. – *Geografía e Historia 4. Ciencias Sociales. 2.º Ciclo de ESO*. Madrid: Ed. Everest, 1998.
- MARTÍN MARTÍN, Patricia et al. – *Geografía e Historia. Ciencias Sociales 4.º*. Zaragoza: Edelvives, 1995.
- TUSELL, Javier et al. – *Geografía e Historia 4.º El siglo XX: 1914 – 1989. El Mundo Actual, España, Siglo XX*. Madrid: Santillana, 1995.

França

- ALLAIRE, Martine (Dir.) – *Éducation Civique 4^e*. Paris: Hatier, 2002.
- BARBIER, D. – *La Guerre des Mondes. 1939 à nos jours*. Paris: Magnard, 1983.
- BAYLAC, M.-H. (Dir.) – *Histoire. Terminale. Le Monde de 1939 à nos Jours*. Paris: Bordas, 1998.
- BERNARD, Henri et al. – *Le Monde de 1939 à nos jours. Terminales L, ES, S*. Paris: Magnard, 2000.
- BERSTEIN, Serge, MILZA, Pierre (Dir.) – *Histoire. Classe Terminale. De 1939 à nos jours*. Paris: Hatier, 1983.
- BERSTEIN, Serge, MILZA, Pierre (Dir.) – *Histoire. Classe Terminale. Le Monde Actuel*. Paris: Hatier, 1989.
- BERSTEIN, Serge, MILZA, Pierre (Dir.) – *Histoire. Terminale*. Paris: Hatier, 1993.
- BERSTEIN, Serge, MILZA, Pierre (Dir.) – *Histoire. Terminales*. Paris: Hatier, 1998.
- BINOIST, Bernard et al. – *Histoire. Tes ES et L*. Paris: Magnard, 2004.
- BOUILLON, J. – *Le temps present. Histoire Terminale/Le xxe siècle depuis 1939*. Paris: Bordas, 1983.
- BOUILLON, J. et al. – *Histoire: le monde contemporain 1914/1945*. Paris: Bordas, 1980.
- CHAMPIGNY, Danielle et al. – *Histoire Géographie 3^e*. Paris: Nathan, 2003.
- DOREL-FERRE, Gracia – *Histoire. Classes de Terminales*. Rosny: ABC Éditions, 1998.
- DRIMARACCI, Jacques et al. – *Connaissance du Monde Contemporain*. Paris: Belin, 1974.
- FRANÇOIS, Denis – *Histoire de 1939 à nos jours. Classes Terminales*. Paris: Nathan, 1983.

- GAUTHIER, André – *Histoire. Terminale*. Rosny: ABC Éditions, 1995.
- GAYOT, P. – *Histoire. Terminales. Nouveau programme*. Montreuil: ABC Éditions, 1990.
- HUSON, J. P. – *Histoire. Classes Terminales*. Montreuil: ABC Éditions, 1983.
- LAMBIN, Jean-Michel (Dir.) – *Histoire Terminale ES – L – S*. Paris: Hachette, 2004.
- LAMBIN, Jean-Michel (Dir.) – *Histoire Terminale S*. Paris: Hachette, 2004.
- LAMBIN, Jean-Michel (Dir.) – *Histoire Terminales*. Paris: Hachette, 1995.
- LAMBIN, Jean-Michel (Dir.) – *Histoire Terminales*. Paris: Hachette, 1998.
- LAUBY, Jean-Pierre (Coord.) – *Éducation Civique 3^e*. Paris: Magnard, 1999.
- LEBRUN, F. et al. – *Histoire. Terminales*. Paris: Belin, 1983.
- MARSEILLE, Jacques (Dir.) – *Histoire. Le Monde de 1939 à nos jours*. Paris: Nathan, 1998.
- MARSEILLE, Jacques (Dir.) – *Histoire Term.* Paris: Nathan, 1995.
- MARSEILLE, Jacques (Dir.) – *Histoire. Terminales*. Paris: Nathan, 1989.
- MARSEILLE, Jacques (Dir.) – *Histoire. Terminales*. Paris: Nathan, 1990.
- MARSEILLE, Jacques (Dir.) – *Term/L-Es-S/Histoire. Nouveaux programmes. Nouvelles épreuves du Bac*. Paris: Nathan, 2004.
- MARSEILLE, Jacques – *Histoire Terminale. L/ES/S - J*. Paris: Nathan, 2008.
- QUETEL, Claude (Dir.) – *L'Histoire depuis 1945*. Paris: Bordas, 1994.
- SENTOU, J. et al. – *Histoires Terminales. Aujourd'hui le Monde*. Paris: Delagrave, 1983.
- TROTIGNON, Yves – *Histoire de 1939 à nos jours*. Paris: Scodel, 1983.
- VARENNE, G. – *Faire le Point BAC. Histoire*. Paris: Hachette, 1986.
- ZANGHELLINI, Valéry (Dir.) – *Histoire. BAC A, B, C, D*. Paris: Belin, 1985.
- ZANGHELLINI, Valéry et al. – *Histoire. Term. L, ES, S*. Paris: Belin, 1998.

Inglaterra

- BARNES, Paul et al. – *GCSE History for WJEC specification A: in-depth and outline studies of aspects of Welsh/English and World History*. 1.^a Publ. Oxford: Heinemann, 2003.
- BEECHENER, Caroline et al. – *Think History! Modern Times 1750 – 1990*. 1.^a Publ. Oxford: Heinemann, 2004.
- HEATER, Derek – *Our World this Century*. 1.^a Publ. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- HEATER, Derek – *Our World this Century*. 1.^a Ed. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- KELLY, Nigel et al. – *The Modern World. Heinemann Secondary History Project*. 1.^a Publ. Oxford: Heinemann, 2001.

- LANE, Peter – *GCSE World History: 1870 to the Present Day*. London: Letts Educational, 1996.
- LANE, Peter – *Revise World History 1870-1988. A complete revision course for GCSE*. 1.ª Publ. London: Letts, 1982.
- LANG, Sean – *The Twentieth Century World. War, Revolution and Tecnology. Cambridge History Programme*. 1.ª Publ. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MADDEN, Finbar et al. – *History for CCEA GCSE*. 1.ª Publ. London: Hodder & Stoughton, 2004.
- MENDUM, Alan et al. – *Revise Modern World. History for AQA Specification B*. 1.ª Publ. Oxford: Heinemann, 2001.
- REES, Rosemary – *The Modern World. Heinemann Secondary History Project*. 1.ª Publ. Oxford: Heinemann, 1996.
- SAUVAIN, Philip et al. – *Key themes of the twentieth century*. 1.ª Publ. Cheltenham: Stanley Thornes Ltd., 1996.
- SHEPHARD, Colin et al. – *Discovering the past. Peace & War*. 1.ª Publ. London: Murray, 2002.
- WALSH, Ben – *Modern World History*. 1.ª Publ. London: Murray, 1996.
- WALSH, Ben – *Modern World History. History in focus*. 1.ª Publ. London: Murray, 2001.
- WALSH, Ben – *Modern World History. History in focus. Essential Modern World History*. 1.ª Publ. London: Murray, 2002.

Itália

- BONIFAZI, Elio – *Ambienti e Populi della Storia. Dal primo dopoguerra ai nostri giorni*. 1.ª Ed. Firenze: Bulgarini, 1999.
- CALVANI, V. – *Quadri di Civiltà 3*. 1.ª Ed. Milano: Arnaldo Mondadori Scuola, 2001.
- CALVANI, V. et al. – *Dentro la Storia 3, Il Novecento, Corso di Storia e di Educazione Cívica per la Scuola Media*. 1.ª Ed.. Milano: Arnaldo Mondadori Scuola, 1999.
- CANTARELLA, E. et al. – *La memoria dell'Uomo*. Milano: Einaudi Scuola, 1997.
- CARTIGLIA, C. – *Storia e Ricerca. Il Novecento*. Vol. 3. Milano: Loescher, 2002.
- DEL NOVO, A. et al. – *Il Giornale della Storia. Classe Terza. Il Novecento: dalla seconda guerra mondiale agli anni sessanta*. Vol. 3, tomo B. Brescia: Scuola di Base, 2001.
- FRANCONE, M. et al. – *Storia: idee, fatti, protagonisti, 3b, Dal secondo dopoguerra al terzo millennio*. 1.ª Ed. Torino: Società Editrice Internazionale, 2001.
- GENTILE, G. et al. – *Navigare nella Storia. Il novecento e l'inizio del XXI secolo. Dal secondo dopoguerra ai giorni nostri*. Vol. 3, tomo B. Brescia: Editrice La Scuola, 2003.
- GLIOZZI, G. et al. – *Ruata, Storia oggi 3. Il Novecento*. 1.ª Ed. Torino: Petrini Editore, 1998.

- GLIOZZI, G. et al. – *Tuttostoria 3. Il Novecento*. 1.^a Ed. Torino: Petrini Editore, 1999.
- LEPRE, A. – *La Storia. Dalla fine dell'ottocento a oggi*. Vol. 3. 2.^a Ed. Bologna: Zanichelli, 2004.
- PERUZZI, Walter et al. – *Popoli nel tempo, Classe 3, Il Novecento*. Firenze: Giunti Scuola, 1999.
- POLERI, Andrea et al. – *Percorsi di Storia. Il xx Secolo*. Firenze: Editrice La Scuola, 2000.
- SABBATUCCI, G. et al. – *Dossier di Storia. Il Mondo Contemporaneo*. Vol. 3. 17.^a Ed. Roma/Bari: Laterza, 2008.
- SABBATUCCI et al. – *Viaggio intorno al tempo: materiali per lo studio modulare della storia, 3b, Politica e società nel mondo contemporaneo*. 1.^a Ed., Roma/Bari: Laterza, 2001.

Bibliografia

- Constituição da República Portuguesa*, 1976.
- DELOUCHE, Frédéric et al. – *História da Europa*. Coimbra: Minerva, 1992.
- EUROPEAN COMMISSION/EACEA/EURYDICE – *Teaching Careers in Europe: Access, Progression and Support. Eurydice Report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018.
- GUEDES, Nuno – *Fissuras, «cascatas» quando chove, buracos no recreio. O dia-a-dia numa escola*. Reportagem. Lisboa: TSF, 22 de fevereiro de 2018.
- GRILO, Márcia – História e Ideologia no Estado Novo: A Revisão Integralista do Passado Nacional. *Promontoria*, n.º 9 (2011), pp. 191-218.
- LAGARTO, José Reis et al. – *Tablets e Conteúdos Digitais. Mudando Paradigmas do Ensinar e do Aprender*. Porto: Universidade Católica, 2015.
- LE GOFF, Jacques – *A Europa explicada aos jovens. A Europa explicada a todos*. Lisboa: Gradiva, 2007. 80 p. ISBN 978-989-616-219.
- MENDES, José Amado – Identidade nacional e ideologia através dos manuais de história. In CASTRO, Rui Vieira et al. (org.) – *Manuais Escolares. Estatuto, Funções, História. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1999, pp. 343-354.
- MENDES, José Amado – História e Geografia como Ciências Aplicadas. In *Educateca* do livro *Descobrir: História e Geografia de Portugal, 5.º Ano*. Barcarena: Santillana, 2016, pp. 92-94. *PORDATA. Educação. Docentes. Pré-escolar, básico e secundário – Níveis de envelhecimento*. RIBEIRO, Ana Isabel et al. – *Metas Curriculares de História. 3.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2013/2014.
- RODRIGUES, António Simões – Um manual de História da Europa. A construção de uma utopia?. *Estudos do Século XX*, n.º 2 (2002), pp. 213-229.
- ROUGEMONT, Denis – *Carta Aberta aos Europeus*. Lisboa: Editorial Pórtico, 1971.

- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *A Ideia de Europa. Uma perspetiva histórica*. Coimbra: Quarteto, 2003.
- SERRANO, Clara Isabel – O Estado Novo. (Re)visitando os manuais de história portugueses. In TORGAL, Luís Reis et al. – *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 239-253.
- TAVARES, Pedro Sousa e MARQUES, Pedro Vilela – *Só 0,4% dos professores têm menos de 30 anos*. Reportagem. Lisboa: Diário de Notícias, 1 de outubro de 2017.
- TAVARES, Pedro Sousa – *Falta de interesse pelo ensino ameaça futuro da educação*. Reportagem. Lisboa: Diário de Notícias, 25 de outubro de 2017.
- TORMENTA, José Rafael – *Manuais Escolares. Inovação ou Tradição?* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996.